

# A PRÁXIS CONSTRUTIVISTA PIAGETIANA E SUA INFLUÊNCIA NOS DOCUMENTOS OFICIAIS DE EDUCAÇÃO

Maria Aparecida Rosa de Andrade<sup>1</sup>

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Maria Das Graças de Almeida Baptista <sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo apresentar o resultado da pesquisa intitulada “A Práxis Construtivista piagetiana e sua influência nos Documentos Oficiais de Educação” que buscou compreender em que consiste o construtivismo nos documentos oficiais, assim como as associações que os discentes desenvolvem acerca da relação teoria e prática na Educação de Jovens e Adultos (EJA). O objetivo do presente estudo é analisar elementos da teoria construtivista nos documentos oficiais de educação e conhecer as diferentes associações que os discentes da EJA desenvolvem acerca da relação teoria e prática nas disciplinas. Entretanto esse estudo parte-se do pressuposto que diferentes associações feitas pelos estudantes em relação à teoria e a prática encontram-se dialeticamente relacionadas às propostas oficiais de educação. O estudo desenvolve-se em uma perspectiva marxista e tem como referencial teórico a práxis, em Gramsci e Vásquez, entendida como a ação consciente dos sujeitos que une a teoria à prática, levando à transformação do mundo e dos próprios sujeitos. Esse caminho inclui o destaque das contradições presentes nos documentos e nos depoimentos de docentes e discentes. Nesse sentido, espera-se que este estudo possa servir de parâmetro para aqueles que desejam conhecer e refletir a realidade educacional em uma perspectiva construtivista, pois a escola é um conjunto, um todo, e não pode ser vista de modo fragmentado.

**Palavras-chaves:** Documentos. Práxis. Construtivismo.

## Introdução

O tema abordado no desenvolvimento é uma temática bastante ampla, que requer inicialmente um conhecimento teórico e histórico sobre o que é o construtivismo, para assim identificar qual o nível de compreensão dos docentes a cerca desta teoria e da sua prática em sala de aula. Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivos compreender em que consiste o construtivismo nos documentos oficiais e na práxis de professores em Escolas Públicas do Município de João Pessoa. E ainda analisar as concepções dos professores acerca da teoria construtivista; identificar elementos construtivistas no Projeto Político Pedagógico; destacar elementos construtivistas na prática pedagógica dos professores que se intitulam construtivistas; levantar e apontar as contradições na implantação da proposta construtivista na escola.

---

<sup>1</sup>Mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação pela instituição Universidade Federal da Paraíba UFPB/PPGE – E-mail: andrade\_alcantara2011@live.com.

<sup>2</sup>Orientadora. Prof.<sup>a</sup>. Dra. Departamento de Fundamentação da Educação (CE) –. E-mail: mgabaptista2@yahoo.com.br.

Outra dicotomia refere-se à compreensão dos professores sobre a Universidade como um mundo distinto do mundo da escola ou do mundo do aluno, enquanto “dois mundos’ impenetráveis” e incomunicáveis (GRAMSCI, 1991, p. 235), que impede a compreensão dessa relação em sua totalidade, assim como, traduz uma distância entre a Universidade, entendida como instância do pensamento, e a escola, instância da prática, a vida, a escola, o momento pedagógico como um receptáculo da teoria aprendida no intramuros universitário.

Contudo, ao tratar problemas políticos como problemas pedagógicos (VIEIRA PINTO, 1994, p. 19) e ao deixar de contribuir na construção de uma concepção do mundo mais unitária, a Universidade reforça que o papel do professor é “criar” condições que favoreçam o processo de ensino-aprendizagem, em detrimento do de viabilizar práticas político-pedagógicas que possibilitem uma leitura do mundo na busca da transformação do mundo e de sua própria transformação.

## **METODOLOGIA**

Este estudo desenvolve-se em uma perspectiva marxistas e tem como referencial teórico a práxis, em Gramsci e Vázquez, entendida como a ação consciente dos sujeitos que une a teoria, compreensão da realidade, à prática, transformação do mundo. Essa ação tem como condição a transformação dos próprios sujeitos; o que inclui o destaque das contradições presentes nos documentos e nos depoimentos de docentes e discentes.

Kosík (1989, p. 202) destaca que, para a filosofia materialista, a práxis, enquanto conceito central, “não é atividade prática contraposta à teoria; é determinação da existência humana como *elaboração* da realidade”. A práxis é, segundo Vázquez (1968, p. 5), a “categoria central da filosofia que se concebe ela mesma não só como interpretação do mundo, mas também como guia de sua transformação. Tal filosofia não é outra senão o marxismo”. Vázquez (op. cit., p. 9) afirma que “o homem comum e corrente é um ser social e histórico; ou seja, encontra-se imbricado numa rede de relações sociais e enraizado num determinado terreno histórico”; dessa forma, “sua consciência nutre-se igualmente de aquisições de toda espécie: ideias, valores, juízos e preconceitos etc.”.

Vale destacar, com base nas leituras realizadas, que a experiência na perspectiva piagetiana é concebida como ação e prática, essa ocorre por meio da interação, de forma que o conhecimento sucede a experiência, seja na ação ou no pensar, mas em ambas o

pensamento nos dá a possibilidade da previsão de consequência futuras e é resultado de nossa ação. Como ressalta Palhano (2011, p. 51), o conhecimento se dá pelo método experimental do pensar; o pensamento tem utilidade, ele é útil por nos dar a possibilidade da previsão de consequências futuras, baseadas na observação completa das condições presentes.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A análise dos documentos que regem a EF I e a EJA revela que a teoria construtivista não é abordada de modo claro, mas nas entrelinhas das Leis. Em âmbito nacional, destacam-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o documento da Conferência Nacional de Educação (CONAE) e o Plano Nacional de Educação (PNE); e em âmbito municipal, o Plano Municipal de Educação de João Pessoa/PB e as Diretrizes Educacionais do Município de João Pessoa/PB.

Nessa perspectiva, na Educação Brasileira muitas mudanças vêm acontecendo em meado do Século XX, as ideias de Piaget assim como as de Dewey embasaram a Escola nova no Brasil, sendo que Piaget destacava a aprendizagem como processo de adaptação ao meio esse ocorre com base na experiência, contudo, Dewey apontava que os homens se desenvolvem socialmente em relação com outros homens e com o meio, ainda destacava a relevância de uma sociedade democrática, assim como da experiência na educação, sendo essa com um fim educativo, importante destacar que nem toda experiência é educativa. E ainda a experiência perpassar todo o processo educativo, sendo essa condição indispensável para à educação, no qual esse processo educativo e que esse acontece em todo o percurso da vida do sujeito.

Nessa vertente, a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* de dezembro de 1996 (Lei 9.394/96), no Título VI sobre os profissionais da educação privilegia o momento da Prática de Ensino como “espaço de superação da fragmentação na formação dos professores”, de forma a unir teoria e prática; e propõe, entre outros aspectos, que a formação dos profissionais da educação terá como fundamentos “a íntima associação entre teorias e práticas. Entretanto, vale perguntar como garantir a relação teoria e prática na formação dos professores se esta se restringe, no documento, ao momento da Prática de Ensino?

O *PNE (2014/2024)* sinaliza a “histórica dicotomia entre teoria e prática” e “o divórcio entre a formação pedagógica e a formação no campo dos conhecimentos específicos que serão trabalhados na sala de aula” na formação inicial dos profissionais da educação básica. Em relação à práxis dos professores, o novo PPP traz um aumento das atividades práticas em relação ao antigo curso, ao apontar que as “atividades de formação prática serão desenvolvidas ao longo do curso, evitando-se a dissociação com os estudos teóricos, por meio de trabalhos de pesquisa em instituições de ensino”. Enquanto que outro professor acredita que “é preciso trabalhar, mais a parte prática de cada conteúdo”, já que a teoria é bastante discutida. A partir do exposto pode-se concluir que os discentes, que já tiveram ou estão tendo experiências práticas reconhecem a importância dessa relação para a sua formação acadêmica.

## **CONCLUSÃO**

A partir dos estudos aqui realizados, vale destacar a riqueza desta práxis construtivista para a educação, trazendo ao âmbito educacional um novo olhar para o aluno, dando-lhe vez e voz e tornando-o protagonista do seu próprio conhecimento. Todo e qualquer sujeito, através de sua vivência e dos conhecimentos prévios adquiridos no meio social e cultural, possui uma bagagem de conhecimentos que varia de sujeito para sujeito. Assim, no processo ensino-aprendizagem estes conhecimentos devem ser valorizados. Nessa vertente a concepção de prática que permeia a presente pesquisa é da prática enquanto trabalho humano, objetivo, criativo, transformador e materializado conscientemente, tendo como finalidade a transformação do real para satisfazer a necessidade humana.

Os resultados obtidos sugerem outros questionamentos acerca da temática no âmbito da nova realidade educacional, isto nos impõe a necessidade de uma discussão mais ampla e detalhada, sendo esse artigo gerador de questionamentos que apontam para a necessidade de novos estudos. Espera-se, que esse introdutório estudo possa servir de parâmetro para aqueles que desejam conhecer e refletir em uma perspectiva construtivista, uma vez que a escola é um todo e não deve ser compreendida de modo fragmentado.

Contudo na perspectiva de Gramsci, educação favorece possibilidade para que o sujeito crie uma consciência crítica, essa possibilita compreender-se enquanto parte de uma classe social, identificando e questionando as condições de sua classe. Por fim,

esses aspectos situam as instituições, e seus respectivos documentos, e as ideias no cenário das sociedades capitalistas, em que essa relação, enquanto práxis, não pode se realizar em toda a sua plenitude, o que, portanto, parece não se restringir ao Curso em tela. Diante do que foi exposto espera-se que este estudo possa servir de parâmetro para aqueles que desejam conhecer e refletir a realidade educacional em uma perspectiva construtivista, pois a escola é um conjunto, um todo, e não pode ser vista de modo fragmentado.

## Referências

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

GAMBOA, Silvio Sánchez. **Fundamentos para investigação educativa**: pressupostos epistemológicos que orientam al investigador. Santa Fé de Bogotá: Cooperativa Editorial Magistério, 1998.

GRAMSCI, Antônio. **Cartas do Cárcere**. 4. ed. Tradução de Neônio Spínola. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1991.

\_\_\_\_\_. **Concepção dialética da História**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 10. ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1995.

KOSÍK, Karel. **A dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

PIAGET. **Para onde vai a educação?** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1975.

**Projeto Político Pedagógico do Curso de Educação Física (Currículo antigo)**. Centro de Ciências da Saúde. Universidade Federal da Paraíba. 1990.

**Projeto Pedagógico do Curso de Educação Física (Currículo novo)**. Centro de Ciências da Saúde. Universidade Federal da Paraíba. 2005.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1968.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **A questão da universidade**. 2. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 1994.

VIGOTSKI, Lev Semionovich. **A construção do pensamento e da linguagem**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2000.